



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE PINHEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

FABIANA DA ASCENÇÃO MONTEIRO FERREIRA

**EVIDÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
POPULAR EM SAÚDE (PNEPS-SUS) NA ATENÇÃO À SAÚDE
DA CRIANÇA: REVISÃO INTEGRATIVA**

PINHEIRO-MA

2023

FABIANA DA ASCENÇÃO MONTEIRO FERREIRA

**EVIDÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
POPULAR EM SAÚDE (PNEPS-SUS) NA ATENÇÃO À SAÚDE
DA CRIANÇA: REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, campus Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Dra. Tamires Barradas Cavalcante

PINHEIRO-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

FERREIRA, Fabiana da Ascensão Monteiro. Evidências da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) na atenção à saúde da criança: revisão integrativa / Fabiana da Ascensão Monteiro Ferreira. - 2023. 49 p. Orientador(a): Tamires Barradas Cavalcante. Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2023. 1. Educação Popular em Saúde. 2. Práticas de educação Popular. 3. Saúde da criança.

7,5 cm

12,5 cm

FABIANA DA ASCENÇÃO MONTEIRO FERREIRA

**EVIDÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
POPULAR EM SAÚDE (PNEPS-SUS) NA ATENÇÃO À SAÚDE
DA CRIANÇA: REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tamires Barradas Cavalcante (Orientadora)
Doutora em Saúde Coletiva
Universidade Federal do Maranhão

Prof. José de Ribamar Medeiros Lima Júnior
Doutor em Ciências da Saúde
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Ma. Alice Bianca Santana Lima
Mestra em Enfermagem
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus pelo dom da vida e pela saúde, força, coragem, persistência e seu valioso amor que me fornece cotidianamente nesta caminhada.

Ao meu pai, José Anastácio (*in memorian*) pelo incentivo, amor, conselhos, paciência, dedicação e apoio que sempre expressou para a manutenção dos meus estudos, suas histórias, conselhos e palavras de motivação serão lembrados para sempre.

À minha mãe, Maria Rosa ou Rosilda, como prefere ser chamada, por todo o apoio, ensinamento, motivação, encorajamento, paciência, dedicação que ao longo de toda a vida e principalmente na trajetória acadêmica me mantém segura e forte. Através de suas palavras firmes nunca deixou de acreditar em meus/nossos sonhos.

Aos meus irmãos Fernanda e Sérgio, que rotineiramente me apoiam muitas vezes abrindo mão de seus próprios interesses para me fortalecer e realizar os meus. Sendo fonte de inspiração e parceiros de vida, com quem sempre pude contar em todos os sentidos de minha existência.

Às minhas madrinhas Isabel Cristina (*in memorian*), Maria José e Jully Hellen que me auxiliaram durante diversas fases da vida, sendo apoio, motivação e inspiração para o ingresso e conclusão deste curso. Com orientações, palavras de incentivos, livros e momentos de lazer elas contribuíram com a renovação das minhas energias em meio as diversas atividades. De modo especial, também, aos padrinhos da minha irmã Cristina e Carlos João, que fortaleceram em mim a decisão de ingressar ao curso em 2018.

Ao meu namorado Anderson que me incentiva e encoraja dia a dia, sendo um alicerce forte e motivador no final da minha trajetória acadêmica.

A todos/as os/as meus/meus companheiros/as da universidade, de forma especial minhas amigas da turma 2018.2, Gabriela, Laiana, Luenne, Lara, Tays Campos, Lyandra, Dállya e Luthielle, Thaís Michelle e Marla, pela amizade, acolhimento e parceria nos estudos em todos os momentos de nossa convivência, ajudando a aliviar o peso desta trajetória de quase seis anos de estudo. Aos meus companheiros de estágio Junno, Eusilene e Josuel, que unidos as demais companheiras já citadas tornaram a finalização do curso mais leve e seguro.

A minha liga acadêmica do coração, LAEAB - Liga Acadêmica de Enfermagem na Atenção Básica – LAEAB e a todos os membros que me acolheram desde a seleção e ingresso, durante a minha estadia, até o meu desligamento efetivo. Em especial a Renata e Getúlio inspirações de profissionalismo e dedicação à liga.

À minha orientadora, a professora Dra. Tamires Barradas Cavalcante por aceitar realizar comigo esta pesquisa. Por todo incentivo, parceria, paciência e ensinamentos riquíssimos que me foram, e ainda são transmitidos. E com quem quero contar na extensão dos meus estudos.

Às enfermeiras Marianne Guterres e Jaciana Costa que ao longo do meu estágio não-obrigatório e estágio supervisionado compartilharam dos seus conhecimentos e experiências de forma didática e simplificada, fortalecendo em mim a crença na capacidade de atuar de forma humanizada e eficiente, sendo inspirações de profissionalismo na Atenção Primária à Saúde do município de Pinheiro-MA. E aos enfermeiros Christian e Liliana coordenadores da Equipe de Estratégia Saúde da Família a qual faço parte, pela compreensão, conselhos e paciência sempre autorizando minhas atividades fora do ambiente de trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão por oferecer um ensino de qualidade, fundamental para minha graduação.

Nada te perturbe. Nada te espante.
Tudo passa, Deus não muda.
A paciência tudo alcança.
Quem a Deus tem, nada lhe falta.
Só Deus basta.

(Santa Teresa de Ávila.)

RESUMO

RESUMO: O conhecimento tradicional relacionado ao cuidado à saúde, é composto por saberes populares adquiridos de inúmeras formas ao longo da vida e integram a rotina dos indivíduos que buscam os cuidadores populares presentes em suas comunidades afim suprir suas necessidades de saúde. Baseando-se nessas informações o objetivo desse estudo buscou identificar na literatura evidências de práticas de educação popular em saúde voltadas para a atenção à saúde da criança, realizadas após a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2013. Para isso produzimos uma revisão integrativa da literatura, utilizando o acrônimo PICO para a formulação das estratégias de busca nas bases de dados: Bireme, Scielo, PUBMED, Google acadêmico, EMBASE, Scopus, e bancos de teses e dissertações, através do corte temporal de trabalhos publicados entre 2013 e 2023. Observou-se uma diversidade de público-alvo entre as pesquisas. Durante a coleta de dados não foram encontradas pesquisas realizadas com profissionais de saúde, abordando esta temática. Apesar do surgimento de novos estudos sobre Educação Popular e Educação Popular em Saúde, terem sido ampliados nos últimos anos, a abordagem da PNEPS-SUS ainda é escassa e superficial nas plataformas acadêmicas, resultando na diminuição do conhecimento sobre a política. Em síntese esta pesquisa explorou a relevância da abordagem de educação popular em saúde no contexto da saúde infantil, revelando uma série de insights cruciais. Ao analisar as práticas de educação popular, notamos uma significativa melhoria no engajamento das comunidades em questões relacionadas à saúde da criança.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde; Saúde da criança; Práticas de educação popular.

ABSTRACT

ABSTRACT: Traditional knowledge related to health care is made up of popular knowledge acquired in countless ways throughout life and is part of the routine of individuals who seek out popular caregivers present in their communities to meet their health needs. Based on this information, the objective of this study sought to identify in the literature evidence of popular health education practices aimed at child health care, carried out after the implementation of the National Policy for Popular Health Education (PNEPS-SUS) in the Unified System. of Health (SUS) in 2013. To this end, we produced an integrative review of the literature, using the acronym PICO to formulate search strategies in the databases: Bireme, Scielo, PUBMED, Google Scholar, EMBASE, Scopus, and thesis banks and dissertations, through the temporal cut of works published between 2013 and 2023. A diversity of target audience was observed between the research. During data collection, no research carried out with health professionals addressing this topic was found. Despite the emergence of new studies on Popular Education and Popular Education in Health, which have been expanded in recent years, the PNEPS-SUS approach is still scarce and superficial on academic platforms, resulting in a decrease in knowledge about the policy. In summary, this research explored the relevance of the popular health education approach in the context of child health, revealing a series of crucial insights. When analyzing popular education practices, we noticed a significant improvement in community engagement in issues related to children's health.

Keywords: Popular Health Education; Child health; Popular education practices.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 01 - Estratégia PICO: descritores e palavras-chaves utilizadas na pesquisa.....	23
Figura 01 – Fluxograma de Prisma: seleção de artigos para estudo.....	25
Quadro 01 - Informações pertinentes sobre os artigos estudados.....	27

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

CDC	Convenção dos Direitos da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPS	Educação Popular em Saúde
MAC	Movimento de Adolescentes e Crianças
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
PNEPS-SUS	Política Nacional de Educação Popular em Saúde
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
TDUCC	Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E O CONTEXTO HISTÓRICO DA PNEPS-SUS.	16
2.2 CONHECIMENTOS POPULARES E SUA CONSIDERAÇÃO NAS PRÁTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA.	19
2.3 A ENFERMAGEM ATUANTE NA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE.....	20
3 OBJETIVO.....	22
4 METODOLOGIA.....	22
5 RESULTADOS	26
6 DISCUSSÃO.....	33
6.1 PROMOVENDO A SAÚDE DA CRIANÇA ATRAVÉS DE MATERIAIS DE APOIO PARA UMA EDUCAÇÃO POPULAR CONCRETA:.....	34
6.2 EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR E COMUNITÁRIO: TRADIÇÕES E RECURSOS NATURAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA.	37
6.3 EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

As práticas tradicionais de cuidado compõem a rotina dos indivíduos que têm como referência cuidadores populares presentes em suas comunidades (Feichas et al., 2020). No Brasil, em 2013 o Ministério da Saúde (MS) instituiu a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), através da portaria nº 2.761, seguindo os eixos estratégicos de participação, controle social e gestão participativa; formação, comunicação e produção de conhecimento; cuidado em saúde; intersetorialidade e diálogos multiculturais (CONASS, 2013).

O processo de manutenção da saúde e prevenção de doenças, em alguns casos, é assistido de forma direta por indivíduos detentores de conhecimento popular a cerca da saúde, em comunidades e no ambiente familiar.

O artigo 3º da PNEPS-SUS que orienta os princípios da política possui alicerce nas concepções freirianas de diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, emancipação e compromisso com a construção do projeto democrático e popular (Freire, 1987 *apud* França e Souza, 2020, p. 2).

O **diálogo** é o encontro de conhecimentos construídos histórica e culturalmente pelos sujeitos, onde apresentam seus saberes individuais, permitindo a ampliação do conhecimento crítico de ambos, auxiliando no processo de transformação e humanização. A **amorosidade** é a capacidade humana de ampliação do diálogo durante relações de cuidado e ações educativas, através de trocas emocionais. A **problematização** diz respeito à análise crítica da realidade, proporcionando reflexões de mudanças dos contextos, por meio das relações dialógicas. A **construção compartilhada do conhecimento** refere-se aos processos de comunicação entre os indivíduos e/ou grupos de saberes, culturas e inserções sociais diversas, almejando a compreensão e transformação coletiva das ações de saúde em todas as dimensões teóricas, políticas e práticas. A **emancipação** corresponde a um processo coletivo onde as pessoas e grupos superam e libertam-se das diversas formas de opressão, exploração, discriminação e violência vigentes na sociedade e que produzem a desumanização e o adoecimento. O **compromisso com a construção do projeto democrático e popular** é a reafirmação do compromisso com a construção de uma sociedade justa, solidária, democrática, igualitária, soberana e culturalmente diversa fomentada na contribuição das lutas sociais e da garantia do direito universal à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo protagonizadas pelos sujeitos populares, seus grupos e movimentos, que historicamente foram silenciados e marginalizados (BRASIL, 2013)

Segundo o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (2012), a Educação Popular não se faz ‘para’ o povo, mas sim ‘com’ o povo, tendo o ponto de partida no processo pedagógico do saber desenvolvido no trabalho, na vida social e na luta pela sobrevivência e, procura incorporar os modos de sentir, pensar e agir dos mais diferentes grupos populares, configurando-se como um referencial de base para uma gestão participativa em saúde.

A enfermagem possui grande relevância assistencial à população, por ser uma categoria profissional próxima à comunidade, exercendo práticas educativas de orientação à sociedade e difundindo seu conhecimento. Dessa forma, o enfermeiro deve observar os mais distintos perfis de cuidadores e seus níveis de entendimento, buscando perceber os saberes comuns e como estes influenciam culturalmente no território quando se trata da prática do cuidado (Takemoto *et al.*, 2019).

Através das atividades coletivas, ações de saúde e reuniões com a equipe, os profissionais da saúde, neste caso tendo em destaque os enfermeiros, devem incluir a perspectivas da comunidade, para aplicação do cuidado de forma efetiva, facilitando a aceitação do projeto terapêutico e promovendo inclusão e protagonismo dos indivíduos.

Com relação à infância, ressalta-se que qualquer temática envolvendo essa discussão deve ser apreendida dentro dos espaços de vida social e suas relações de poder. Sendo assim, é necessário entender as percepções de infância e criança como parte das questões universais que abordam como o homem e a sua humanidade se expressam nos processos sociais, reconhecendo a criança em sua condição de sujeito social. Portanto, as concepções de educação, educação popular e infância, aqui pautadas, partem da conjectura de que as crianças são sujeitos da história e produtoras da cultura (Almeida; Siqueira, 2021).

Pereira (2017), considera a educação popular em saúde como uma prática social fundamentada na problematização do cotidiano, na valorização da vivência do sujeito e da sua coletividade, tornando-os mais reflexivos e participantes das suas próprias escolhas para uma vida saudável. Sob essa ótica, não bastam teorias, medicamentos e informações que possam curar os usuários, é preciso entendê-los de modo singular, cada um com seus problemas e suas diferenças, com seus valores e suas crenças, inseridos em comunidade, no coletivo e em um ambiente específico. Para a autora, durante esse processo é necessário estabelecer uma relação empática e de respeito entre o profissional e as famílias das crianças com o intuito de promover a autonomia no cuidado do filho, valorizando o saber das famílias para a construção conjunta de um projeto terapêutico singular.

Sendo assim, as práticas populares se configuram como um importante aliado na busca por uma assistência integral à saúde da criança. Caso esses aspectos culturais se tornem

desconhecidos ou negligenciados pelos profissionais de saúde, seja em consultas ou visitas domiciliares, podem resultar em uma barreira intransponível, prejudicando a adesão de um plano terapêutico, bem como os aspectos gerais de saúde e restabelecimento da criança. (Beltrão et al., 2020)

O incentivo para a realização desta pesquisa surgiu por meio de vivências no decorrer da trajetória de vida pessoal, acadêmica (enquanto estudante de enfermagem) e profissional (como Agente Comunitária de Saúde) observando diversas terapias integrativas de saúde, utilizadas pelos cuidadores na infância, através de plantas medicinais, rezas e rituais de cura, que perpassam pelo processo saúde-doença.

A pesquisa buscou aprofundar o conhecimento acadêmico sobre as práticas populares de educação em saúde voltadas para a assistência à criança, com o intuito de renovar estudos sobre a política que valida tais saberes e levar a discussão mais frequente da junção dos saberes populares e profissionais, sempre pela ótica do cuidado e bem-estar do sujeito, visto que o conhecimento baseado na política amplia a integração de uma assistência terapêutica qualificada e holística, podendo ser mais facilmente aceita pela sociedade.

A partir do exposto, este trabalho contribui com a sociedade, por meio do estudo aprofundado das terapias e práticas utilizadas no processo do cuidar, através da construção de um estudo baseado tanto nos saberes populares apresentados pela comunidade/sociedade e nas formas de abordagem da temática por meio dos profissionais da saúde, quanto nas políticas que direcionam a prática dessas atividades. No cunho profissional, a pesquisa pretende auxiliar em um atendimento qualificado e atento aos pontos necessários para uma assistência completa à população.

Dessa forma, este estudo se baseou na seguinte questão norteadora: Quais práticas de educação popular em saúde voltadas para a atenção à saúde da criança têm sido realizadas após a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) no Sistema Único de Saúde (SUS)?

2 REVISÃO DE LITERATURA

Antes de iniciarmos o debate sobre a Política de Educação Popular em Saúde, voltada para a saúde da criança, é necessário compreender a diferença entre os termos educação em saúde e educação popular em saúde, para facilitar a distinção entre as temáticas.

O Ministério da Saúde define “educação em saúde como um processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...] Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção à saúde de acordo com as necessidades”. Enquanto “educação popular em saúde, são ações educativas que tem como objetivo promover, na sociedade civil, a educação em saúde, mediante inclusão social e promoção da autonomia das populações na participação em saúde” (BRASIL, 2012).

Ao abordar a história da Educação Popular e toda sua trajetória até a implantação da PNEPS-SUS, devemos citar Paulo Freire, que foi um educador que evidenciou as inúmeras relações de aprendizagem e poder da sociedade, pautando a emancipação do homem através da dominação de sua própria realidade. No texto de Freire e Nogueira (1989) os autores apresentam Paulo Freire como um dos idealizadores da “Educação Popular”, reforçando sua história e relevância para a educação. A Educação Popular se fortalece em seu modo de fazer política, ampliando o espaço para as massas e os movimentos sociais. Os autores destacam a definição de Educação Popular como capacitação técnico-científica, diretamente relacionada à interação dos grupos populares com os educadores, intensificando a importância da relação dos educadores com esses grupos, devendo conhecer a realidade e as diferentes formas de vida dos sujeitos, para que elaborem, planos, os programas e conteúdos eficazes para a comunidade.

A PNEPS-SUS busca definir uma prática para o diálogo de vários segmentos populares e entidades voltadas para fortalecer e ampliar a participação nas discussões no SUS. Promovendo novos saberes que dialoguem de forma crítica para a construção participativa nas formas de ver e agir na vida cotidiana (Costa; Pereira; Cezário, 2020).

2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E O CONTEXTO HISTÓRICO DA PNEPS-SUS.

As lutas e movimentos sociais em defesa dos mais diversos direitos humanos geraram grande mobilização da sociedade civil organizada, movimentos de saúde, trabalhadores da área, gestores e estudantes. Formulando um sistema universal que se caracteriza pela democracia participativa. Resultando em inúmeros avanços para a saúde, entre eles as criações de políticas e

programas de saúde e elaboração de leis que ganharam força no decorrer dos anos (CONASEMS, 2009).

A Constituição Federal de 1988 é um marco para os avanços sociais e de saúde no Brasil. A partir dela alguns direitos fundamentais aos cidadãos brasileiros foram instituídos, abrangendo questões sociais, como a proteção à maternidade e à infância, acesso ao trabalho, moradia, transporte, lazer, previdência social, segurança, mas também à educação e saúde (Brasil, 1988). Esta garantia constitucional de acesso universal e igualitário demarca a existência de um sistema público de saúde para todos e não apenas para os mais necessitados, com o objetivo de promover a equidade, a melhoria das condições e dos modos de viver e expandir a potencialidade da saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde advindos dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (Souza *et al.*, 2019).

Durante esse processo de redemocratização, foi instituído ainda um artigo específico e claro voltado aos direitos das crianças, sendo o artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988).

Por meio da Constituição (1988) e reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos das crianças estão consagrados. Segundo o ECA e a Organização Mundial da Saúde, criança é qualquer pessoa até 12 anos incompletos e adolescente, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989 considera a criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade. (Brasil, 2015b, art. 3º). Essa definição da primeira infância está alinhada com o Marco Legal da Primeira Infância, Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016 (Brasil, 2017).

No Brasil, durante o ano de 1927, foi consolidada a Lei de Assistência e Proteção aos Menores, sendo conhecida como Código de Menores, o Decreto nº 17.943-A, iniciando um cenário de avanços na proteção das crianças. No início da década de 1960 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração dos Direitos da Criança, favorecendo a garantia do acesso à educação, à brincadeira, ambiente favorável e aos cuidados de saúde (UNICEF, 1989).

Para concretizar as ações de promoção da saúde, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) traz como um dos seus eixos operacionais a educação em saúde e formação, que se constitui em uma estratégia de incentivo à atitude permanente de aprendizagem sustentada em processos pedagógicos problematizadores, dialógicos, libertadores, emancipatórios e críticos (Ribeiro *et al.*, 2018).

Instituída por meio da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.761, de 19 de novembro de 2013, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), tem como base fundamentadora os princípios teóricos e metodológicos fundamentais como: diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada do saber, emancipação e compromisso com a construção do Projeto Democrático Popular (Pedrosa, 2021). Seguindo o mesmo sentido, as diretrizes vigentes na política, enfatizam a importância da participação da comunidade no controle social e na gestão, a formação, produção e comunicação acerca do conhecimento, cuidado em saúde, intersetorialidade e abertura para diálogos multiculturais. O formato tradicional de cuidado em saúde é determinado em raízes sociais, em alguns casos reprimindo uma visão mais extensa de integração do cuidado complementar no modelo biomédico (Martins *et al.*, 2021).

Os princípios da educação popular entendem o sujeito como um ser detentor de saberes sobre si, sobre seu corpo, seu modo de viver e cuidados, sua família, seu trabalho, sua comunidade, suas necessidades, entre outros. A educação popular parte também do princípio de que o homem é um ser inacabado, que está em permanente construção e que se constitui durante suas relações sociais (Bornstein *et al.*, 2016).

A PNEPS-SUS se alicerça através dos seguintes eixos estratégicos: *participação, controle social e gestão participativa* no qual fortalece e amplia o protagonismo popular, através de atividades que geram mobilização pelo direito à saúde e participação nos processos de formulação das políticas públicas; o segundo eixo compreende a *formação, comunicação e produção de conhecimento* ressignificando criação de práticas que garantem a formação de trabalhadores e atores sociais em saúde na educação popular, sistematizando os saberes de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, para enfrentar os desafios existentes no SUS; o terceiro eixo se encontra voltado ao *cuidado em saúde* para fortalecer as práticas populares do cuidado, apoiando sua sistematização e comunicação e abrangendo tecnologias e perspectivas integrativas; e por fim o quarto eixo que se destaca *como intersetorialidade e diálogos multiculturais* promovendo o encontro e a visibilidade dos inúmeros setores e atores em sua diversidade, para o fortalecimento de políticas e ações integrais e integralizadoras (Brasil, 2013).

As ações de Educação em Saúde no Brasil, são oriundas das estratégias tecnicistas, biologicistas e pouco participativas, que favoreciam ações voltadas principalmente para um viver higiênico e saudável, focadas nas classes populares, vistas como incapazes de desempenharem ações de manutenção para uma saúde individual e coletiva. Iniciando a transformação desse contexto somente na década de 1970, através de uma proposta de medicina comunitária apreciando os aspectos preventivos da saúde. Resultando em uma relação mais direta entre os

profissionais e a sociedade nessas práticas. Com o cenário de interação entre profissionais e sociedade, a produção de conhecimentos vinculados à Educação Popular em Saúde (EPS) aumentou. Tornando-se atualmente uma área que representa um espaço importante de articulação política, de troca de experiências e de formulação de teorias e propostas alternativas para o funcionamento dos serviços de saúde (Flisch *et al.*, 2014).

2.2 CONHECIMENTOS POPULARES E SUA CONSIDERAÇÃO NAS PRÁTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA.

A medicina tradicional é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como a soma de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentados em teorias, crenças e experiências de diferentes povos e culturas, sendo eles explicáveis ou não, utilizada para manter a saúde e prevenir, diagnosticar, melhorar ou tratar doenças físicas e mentais (OMS, 2013). Interligada à medicina tradicional, a educação popular em saúde compreende o processo de construção do conhecimento como uma produção histórica e social, que resulta da participação e do protagonismo dos sujeitos envolvidos nesse contexto. Fortalecendo o caráter emancipador através de uma construção coletiva do conhecimento (Bornstein *et al.*, 2016).

Por serem opções de baixo custo, que contribuem para o resgate do conhecimento popular e para a promoção da saúde, as plantas medicinais na atenção primária à saúde, em geral, são o primeiro recurso utilizado pelos usuários em relação aos seus agravos de saúde no cuidado e tratamento de sintomas das crianças (Bonow *et al.*, 2019).

A Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural (TDUCC), sugerida por Madeleine M. Leininger, corrobora com as definições descritas anteriormente, ao analisar a visão de mundo das pessoas e suas estruturas sociais e culturais como influências no estado de bem-estar, saúde ou doença. Buscando compreender a circunstância cultural e seus influenciadores. A enfermeira apresenta os fatores que contribuem com os sistemas profissionais e populares de saúde e cuidado, como a religião, política, economia, visão de mundo, valores culturais, história, linguagem, gênero, entre outros (Seima *et al.*, 2011).

Com a inserção da família da criança nesse processo do cuidar, torna-se primordial uma abordagem participativa e simétrica, gerando espaços para diferentes propostas de intervenções que contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos pequenos. Assim, as práticas educativas junto aos familiares das crianças, poderão auxiliar na realização de um cuidado eficaz dentro do contexto da integralidade, do respeito, do acolhimento e da humanização, evitando recidivas e hospitalizações futuras (PEREIRA *et al.*, 2017).

A utilização do saber popular pelas famílias e a crença nas benzedeadas, em alguns casos, são o primeiro recurso de cuidado utilizado, quando se trata do cuidado infantil. Devido ao fato de que uso dessas estratégias proporcionaram benefícios experimentados anteriormente por tradições familiares, resultando no aumento da confiança para usufruir dessas práticas com seus filhos.

Em alguns estudos é possível observar a valorização feminina, sobretudo da figura materna, no processo de transmissão do conhecimento popular em saúde. Geralmente no cuidado desses problemas de saúde, as mães costumam adotar o uso de plantas medicinais e medicamentos alopáticos sendo usados de diferentes formas que variam consideravelmente entre as mães (Lima *et al.*, 2017). Durante a maternidade, essas práticas culturais repletas de símbolos, significados, carinho e afeto expressam o conhecimento do processo saúde-doença, assim como os papéis sociais definidos por meio da experiência do nascer. A garantia do cuidado eficaz na infância abrange, na concepção do cuidador, práticas culturais que estão penetradas no modo de desenvolver o cuidado, combinando um conjunto de cuidados científicos com os saberes populares, que ainda são utilizados em todas as fases de desenvolvimento da criança (Takemoto *et al.*, 2019).

2.3 A ENFERMAGEM ATUANTE NA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE.

A sociedade brasileira é formada por uma mistura cultural, devido a presença de povos indígenas, escravos e imigrantes naturais de diversas etnias, impactando em hábitos, crenças e no modo de expressão. Esse contexto reflete à nossa sociedade características de uma comunidade única, com peculiaridades intrínsecas e singulares que construíram uma cultura resultante do mix de todas as etnias que a compõem (Silva, 2020).

Podemos dizer que um conhecimento novo é construído através da articulação e diálogo contínuo entre os conhecimentos científicos, midiáticos e populares. Sendo, um sistema de constante movimento, exigindo dos profissionais de enfermagem, uma compreensão mais ampla em relação às pessoas e os grupos que expressam esses saberes. O processo de valorização da educação compartilhada, promove respeito e reconhece a legitimidade dos saberes populares no enfrentamento de doenças e agravos, tornando imprescindível considerar a importância do conhecimento acumulado pelas comunidades nos seus processos históricos na busca por mais saúde. (Passos *et al.*, 2020)

Dentre os aspectos que influenciam a valorização de práticas educativas no cotidiano dos serviços de saúde, encontram-se as políticas, programas, infraestrutura, materiais e a formação em saúde pode ser crucial durante a construção de competências e de incorporação de concepções

pedagógicas no campo da saúde. Ressaltando a importância da parceria comunidade-profissionais que desenvolvem as práticas educativas em saúde (Flisch *et al.*, 2014).

3. OBJETIVO

O objetivo desse estudo é identificar na literatura evidências de práticas de educação popular em saúde voltadas para a atenção à saúde da criança, realizadas após a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2013.

4. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir e sintetizar evidências sobre práticas de educação popular em saúde voltadas para a atenção a saúde da criança, após a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2013, de maneira sistemática e ordenada, auxiliando na compreensão da temática estudada.

Para Gomes e Caminha (2013), a revisão integrativa tem como alternativa organizar e combinar estudos com metodologias variadas, assim, integrando os resultados entre si. A estruturação conjunta de diferentes pesquisas e métodos na revisão integrativa, pode expandir as possibilidades de análise da literatura. Na formulação desta revisão serão utilizados métodos organizados, pela Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, sendo as seguintes etapas: identificação do tema e seleção da questão norteadora, definição de critérios de inclusão e exclusão dos estudos, avaliação metodológica dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento (UNESP, 2015)

A questão norteadora da pesquisa consistiu em: Quais práticas de educação popular em saúde voltadas para a atenção à saúde têm sido realizadas após a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEP-SUS) no Sistema Único de Saúde (SUS)?

Utilizou-se o acrônimo PICo (Santos *et al.*, 2007) para a formulação das estratégias de busca nas bases de dados, a partir da questão norteadora, utilizando termos que remetesse aos seguintes tópicos: (P) População – Atenção à saúde da criança; (I) Intervenção – Práticas de educação popular em saúde; (Co) Contexto - Política Nacional de Educação Popular em saúde, Brasil e Sistema Único de Saúde (SUS).

Após esta etapa, foram estabelecidos os termos-chave para a pesquisa em bases de dados, o termo P abrangeu os seguintes descritores: “traditional medicine” “child welfare”, “child care”, “health education”, “protección a la infancia” e palavras-chave: “assistência à criança” “saúde da criança”, “cuidado infantil”, “children” e “popular knowledge” o I incluiu

os descritores: “terapias complementares”, “medicina tradicional” e as seguintes palavras-chave: “educação popular em saúde”, “saberes populares”, “políticas de saúde”, “curandeiros”, “remédios caseiros”, “healers” e “health” por fim o Co englobou os descritores: “unified health system”, “health policies”, “health systems” e as palavras-chave: “Brasil”, “health organization” e “SUS”.

Foram feitas combinações dos termos aplicando os seguintes operadores booleanos: “OR” e “AND”, sendo o primeiro para combinação dos descritores e palavras-chave comum a cada componente da estratégia PICO, e o segundo, para finalização da estratégia de busca com a combinação dos três termos: (P) AND (I) AND (CO).

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Bireme, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); *National Library of Medicine and the National Institutes of Health* (PUBMED), *Google acadêmico*, *EMBASE*, *Scopus*, e bancos de teses e dissertações, apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 01. Estratégia PICO: descritores e palavras-chaves utilizadas na pesquisa.

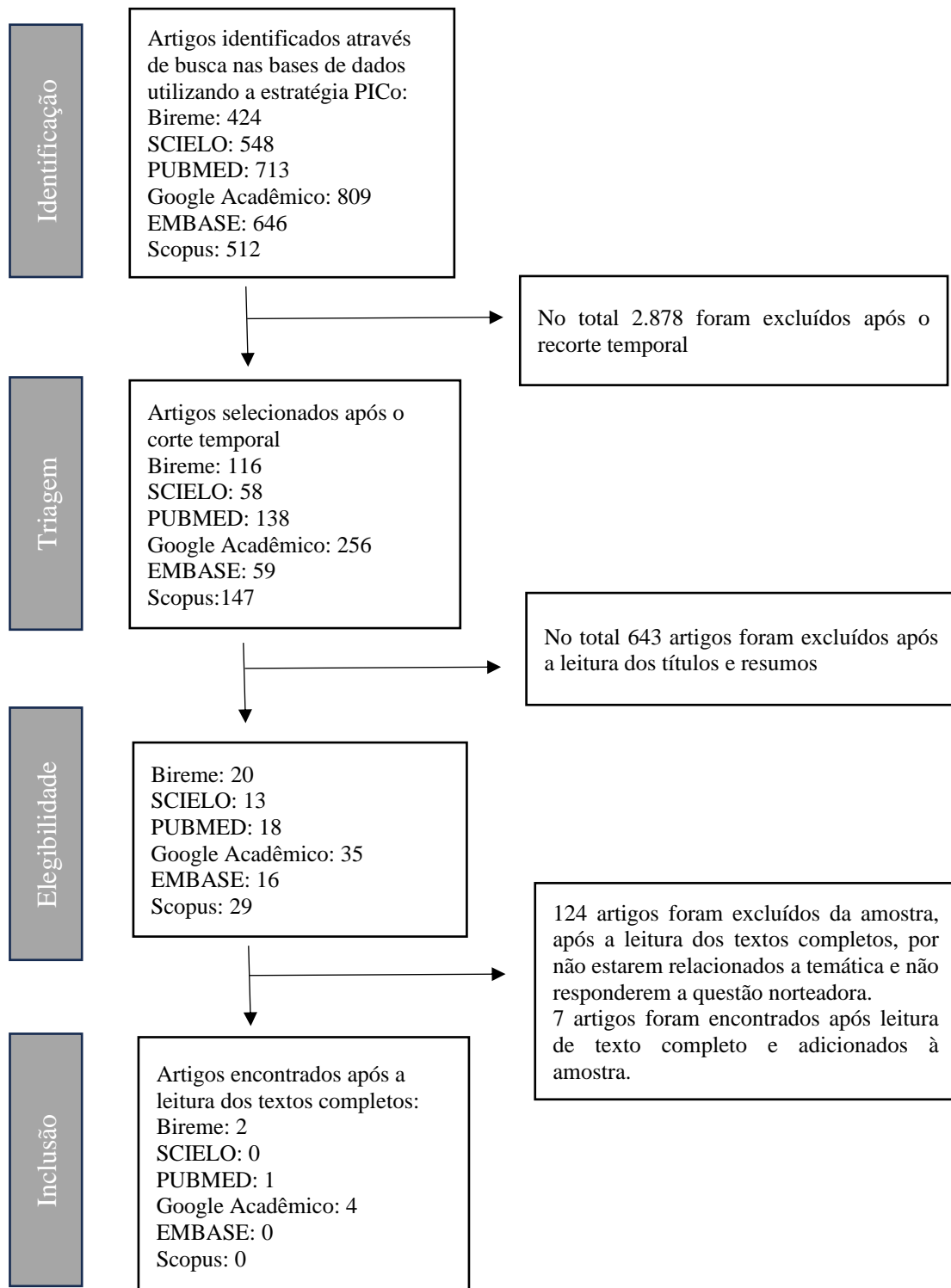
ESTRATÉGIA PICO	Descritores	Palavras-Chaves
P - População	child welfare child care protección a la infancia	assistência à criança saúde da criança cuidado infantil health education
I - Intervenção	terapias complementares medicina tradicional complementary therapies public policy	educação popular em saúde saberes populares políticas de saúde curandeiros remédios caseiros medicine traditional
Co - Contexto	unified health system health policies health systems	Brasil health organization SUS

Após a seleção dos estudos conforme os critérios previamente definidos, foi feita a leitura dos textos completos e a avaliação do conteúdo dos artigos, sendo realizado a partir das seguintes etapas: leitura exploratória para escolha dos artigos; leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização da leitura interpretativa. (Mota, 2014)

Para a realização deste estudo foram incluídos artigos com textos completos disponíveis, referentes ao foco da pesquisa; estudos primários encontrados tanto diretamente nas bases de

dados, como em referências de artigos de revisão, com o intuito de obter um amplo espectro de resultados; pesquisas produzidas em português, inglês e espanhol; livros, teses e dissertações de pesquisas realizadas no período entre 2013 e 2023, que evidenciam aspectos da prática de educação popular em saúde, voltadas para a atenção a criança, com o intuito de analisar apenas artigos publicados após a formulação da PNEPS-SUS. Durante a pesquisa foi realizada a leitura de títulos e resumos dos textos, buscando artigos que respondiam à questão norteadora. Para os critérios de exclusão, foram definidos todos os artigos encontrados que antecedem o ano de implantação da PNEPS-SUS, ou seja, anteriores a 2013, aqueles que não respondiam a pergunta da pesquisa, os indisponíveis na íntegra e artigos duplicados, mostrados no fluxograma a seguir:

Figura 01 – Fluxograma de Prisma: seleção de artigos para estudo.



(Fonte: Autoras 2023)

3 RESULTADOS

O processo de revisão da literatura contou com um quantitativo de 7 artigos inclusos, conforme apresentado no fluxograma anteriormente. Dentre eles, 3 estudos possuem abordagem qualitativa, 1 estudo se caracteriza por abordagem quantitativa, 1 participativo exploratório e 2 são relatos de experiência.

Durante a pesquisa foram encontrados estudos elaborados a partir de 2016 e publicados entre 2019 e 2021. Sendo 1 pesquisa produzida em 2016 e publicada em 2021; 1 estudo realizado em 2017 e publicado em 2019; 2 estudos realizados em 2018 no qual 1 foi publicado em 2019 e outro em 2020; 1 estudo elaborado em 2020 e publicado em 2021 e 2 textos não especificaram seu o ano de realização da pesquisa, sendo publicados respectivamente em 2020 e 2021.

Destaca-se uma pausa significativa da temática a partir do ano de 2022 e um lapso temporal de aproximadamente 3 anos, entre o período de implantação da PNEPS-SUS em 2013 e as pesquisas encontradas a partir de 2016, não havendo uma continuidade homogênea de pesquisas com a temática especificamente voltada para a atenção à saúde da criança.

Observou-se uma diversidade de público-alvo entre as pesquisas: apenas 1 estudo foi realizado através da participação ativa de crianças, incluindo meninos e meninas e seus tutores de uma instituição voltada para a atenção a crianças e adolescentes; 1 pesquisa envolveu um grupo de adolescentes de gênero feminino, com idade entre 14 e 16 anos, vítimas de violência sexual; em 1 dos textos houve a colaboração de profissionais da educação de uma instituição comunitária; 1 artigo evidenciou a participação de moradores de uma comunidade; 1 pesquisa trabalhou com mães de crianças com até 2 anos de idade e 2 estudos realizaram suas pesquisas com cuidadores/familiares de criança. Durante a coleta de dados não foram encontradas pesquisas realizadas com profissionais de saúde, abordando esta temática.

A produção de pesquisas com a temática obteve maiores resultados na Região Sul do Brasil, onde 2 dos artigos foram realizados no estado de Santa Catarina e 1 no Paraná; seguido da Região Centro-Oeste, na qual foram encontrados 2 estudos, sendo 1 de Goiânia e 1 do Mato Grosso; a Região Nordeste apresentou 1 estudo no Ceará bem como a Região Sudeste trouxe 1 pesquisa do estado de São Paulo. Durante a coleta de dados deste estudo não foram encontradas pesquisas com a temática na Região Norte. Apesar de todos os artigos selecionados possuírem reflexões acerca da Educação Popular em Saúde, apenas 1 artigo aborda a PNEPS-SUS. Demais informações como o objetivo, resultados (completar) de cada estudo são abordados no quadro 2.

Quadro 02 – Informações pertinentes sobre os artigos estudados

	ARTIGO 1	ARTIGO 2
Título e link	Estratégias para potencialização das ações de promoção da saúde com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade https://www.scielo.br/j/icse/a/OvVGyM3dOkyqm4GqGVMLKwN/?lang=pt	Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: da situação-limite ao inédito-viável https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/54668
Autor (es)	Bruna Lima Selau, Douglas Francisco Kovalesski, Marina Bastos Paim e Isadora Vieira Prates	Amailson Sandro de Barros, Vitória Magalhães Machado, Edlaine Araújo da Silva
Local	Florianópolis (SC)	Uberlândia (MT)
Público-alvo	Profissionais da educação de uma Organização da Sociedade Civil -OSC (coordenadora administrativa, coordenadora pedagógica, duas pedagogas e uma professora de educação física)	Adolescentes meninas de 12 a 18 anos, vítimas de violência sexual
Ano de realização / Ano de publicação	Realizado em: não apresentado no texto / Publicado em: 2021	Realizado em: 2020 / Publicado em: 2021
Tipo de estudo	Estudo qualitativo	Relato de experiência
Periódico	Bireme (Revista Interface)	Google Acadêmico (Revista Educação Popular)
Objetivo	Refletir sobre estratégias para potencialização da promoção da saúde para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em uma organização da sociedade civil.	Contribuir para a difusão de práticas interventivas, o relato descreve uma experiência de trabalho apoiada teórica e metodologicamente na Psicologia Social Comunitária e na Educação Popular.
Resultados	Foram elaboradas quatro propostas no Círculo de Cultura, que incluem a participação democrática das crianças na escolha e no cuidado do ambiente	Os resultados indicam trocas de experiências potencialmente libertárias, fortalecimento da rede de apoio social e afetiva das adolescentes,

	físico, a criação de espaços de convivência e interação e a participação da comunidade. As reflexões assumiram um caráter político e educativo de formação de cidadãos democráticos, de respeito às diferenças, de desenvolvimento da autonomia, caminhando em direção à promoção da saúde.	compreensão da dinâmica da violência sexual e de seus efeitos psicossociais.
Aborda a PNEPS-SUS	Não	Não

	ARTIGO 3	ARTIGO 4
Título e link	Educação Popular e Infância: princípios, concepções e práticas educativas https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39376 .	Saberes Populares Sobre a Utilização de Recursos Naturais para Tratamento de Doenças na Infância em Barbalha, Ceará, Brasil https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaioseciencia/article/view/7659
Autor (es)	Vilma Ribeiro Almeida e Romilson Martins Siqueira	Izabel Cristina Santiago Lemos de Beltrão; Luanna Gomes da Silva; Jênifa Cavalcante dos Santos Santiago; Roseli Barbosa; Marta Regina Kerntopf; George Pimentel Fernandes.
Local	Goiânia (GO)	Barbalha (Ceará)
Público-alvo	Organizadores do MAC e crianças/adolescentes participantes do MAC	Comunidade Tradicional, da Zona Rural de Barbalha, CE. Diferentes faixas-etárias organizadas em grupos de 12 - 21 anos; 22 -29 anos; 30 - 45 anos; 46 - 59 anos; 70 - 75 anos e 76 - 90 anos. Participantes do sexo masculino e feminino
Ano de realização /	Realizado em: 2016 / Publicado em: 2021	Realizado em: não apresentado no texto / Publicado em: 2020

Ano de publicação		
Tipo de estudo	Estudo qualitativo	Estudo descritivo com abordagem quantitativa
Periódico	Google Acadêmico (Revista do Centro de Educação UFSM)	Google Acadêmico (Revista Ensaios e Ciência)
Objetivo	Analisar as concepções, princípios e práticas da educação popular, vivenciadas por crianças e adultos a partir do projeto sócio-político-educativo do MAC e investigar como tais valores contribuem para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos no contexto da Educação Popular.	Investigar os saberes de uma comunidade tradicional da zona rural do município de Barbalha, Nordeste do Brasil, sobre a utilização de recursos naturais para o tratamento de doenças prevalentes na infância.
Resultados	Destaca-se que a voz da criança é uma voz polifônica e que a presença dos adultos nos grupos se dá de forma hierarquicamente superior. No entanto, percebe-se a importância política e pedagógica da Educação Popular com crianças, que se faz mediada pela ação dialógica, a qual estimula a curiosidade, possibilita a construção de conhecimento, explicita sonhos, exige criticidade e requer compromisso.	50% dos entrevistados relataram utilizar frequentemente plantas e/ ou partes de animais para tratar e prevenir doenças. Os relatos evidenciaram o uso de recursos naturais para tratar doenças na infância, incluindo homens e mulheres de diferentes grupos etários, o que reflete a perpetuação dessa prática.
Aborda a PNEPS-SUS	Não	Não

	ARTIGO 5	ARTIGO 6
Título e link	Estratégias metodológicas para elaboração de material educativo: em foco a promoção do desenvolvimento de prematuros https://www.scielo.br/j/csc/a/4xShzDvkHPsQyXg3nTnXdCj/?format=pdf&lang=pt .	Práticas populares no cuidado infantil: percepção das mães https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-997293 .
Autor (es)	Rayla Amaral Lemos e Maria de La Ó Ramallo Veríssimo	Angélica Yukari Takemoto; Nara Fabieli Zarpelon;, Edilaine Giovanini Rossetto
Local	São Paulo (SP)	Irati (PR)
Publico-alvo	12 cuidadores de crianças nascidas prematuras, acompanhadas em serviço de referência para atendimento desta população	10 mães com faixa-etária entre 21 e 44 anos que tivessem filhos na faixa etária de 0 a 24 meses, cadastrados no programa de puericultura da Estratégia Saúde da Família do município de Irati (PR)
Ano de realização / Ano de publicação	Realizado em: 2018 / Publicado em: 2020	Realizado em: 2017 / Publicado em: 2019
Tipo de estudo	Pesquisa exploratória participativa e revisões integrativas de literatura	Estudo qualitativo
Periódico	PUBMED (Revista Ciência e Saúde Coletiva)	Bireme (Revista Rene)
Objetivo	Descrever e analisar o processo de elaboração de um material educativo para a promoção do desenvolvimento da criança nascida prematura.	Descrever a percepção das mães no uso das práticas populares prestados à criança no domicílio.
Resultados	Elaboração de um material educativo interativo, uma tecnologia em formato de livro destinada à família. As múltiplas estratégias de pesquisa e os referenciais teóricos conferiram rigor metodológico, ampliando o potencial de ação do material educativo,	Três categorias emergiram a partir da análise dos discursos: 1) Os papéis da família no cuidado à criança; 2) As práticas populares como cultura familiar no cuidado infantil; e 3) A crença em benzedeadas

	que aproxima a experiência familiar ao conhecimento científico atualizado potencializando a promoção da saúde da criança.	como recurso de prática popular.
Aborda a PNEPS-SUS	Não	Não

ARTIGO 7		-
Título e link	Educação Popular em Saúde no âmbito hospitalar https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45551 .	-
Autor (es)	Fabíola Hermes Chesani, Ana Carolina Araújo, Ana Carolina Abasto de Almeida, Marcia Aparecida Miranda de Oliveira, Rafaela Regina da Costa	-
Local	Itajaí (SC)	-
Publico-alvo	Cuidadores/familiares de crianças, acolhidas em um Hospital Universitário Pediátrico que atende crianças de até 12 anos.	-
Ano de realização / Ano de publicação	Realizado em: 2018 / Publicado em: 2019	-
Tipo de estudo	Relato de experiência	-
Periódico	Google Acadêmico (Revista Educação Popular)	-
Objetivo	Compartilhar a vivência dos acadêmicos de um projeto de extensão no processo de educação popular em saúde com cuidadores/familiares de crianças/adolescentes hospitalizadas.	-
Resultados	As atividades realizadas promoveram o diálogo com os cuidadores/familiares, a inserção do aluno em atividades de extensão, a interdisciplinaridade, a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão,	-

	<p>a troca de saberes entre cuidadores/familiares, alunos e docentes com um olhar humanizado perante as pessoas. Resultados positivos têm sido apontados, tanto pelos cuidadores/familiares quanto pela equipe do projeto, denotando a importância da educação popular nos hospitais.</p>	
<p>Aborda a PNEPS-SUS</p>	<p>Sim</p>	<p>-</p>

(Fonte: Autoras, 2023)

4 DISCUSSÃO

Após uma análise profunda dos textos selecionados neste estudo, observa-se que apesar de abordarem a Educação Popular em seus títulos e resumos, grande parte dos artigos não citam a existência da PNEPS-SUS, levando a crer na falta de conhecimento sobre a política, fato comprovado no quadro 02. Tornando necessária a aplicação de incentivos quanto à importância da PNEPS-SUS dentro do nosso contexto social, visto que a utilização de matéria extraída da natureza e até mesmo as crenças perpetuadas ao longo dos anos, mantêm firme uma tradição secular que muitas vezes é desvalorizada pelo saber crítico-científico. Humenhuk, Leite e Fritsch (2020) reforçam que, apesar do conhecimento popular ter sido difundido pelo país, através de gerações, a disseminação desse saber e do uso de recursos naturais, pode ser afetada pela redução das áreas naturais e a desvalorização desse conhecimento pelas novas gerações.

Os estudos de Takemoto, Zarpelon e Rossetto (2019) e Beltrão *et al.*, 2020, nos mostram de uma ótica aprofundada, as atividades realizadas principalmente pelo público participante da pesquisa, levantando pontos de valorização e reparo de ações que os profissionais devem exercer frente a práticas de cuidado popular em saúde.

Destacamos que embora do surgimento de novos estudos sobre Educação Popular e Educação Popular em Saúde, terem sido ampliados nos últimos anos, a abordagem da PNEPS-SUS ainda é escassa e superficial nas plataformas acadêmicas, resultando na diminuição do conhecimento sobre a política. Observa-se, portanto, um processo lento do reconhecimento da Política de Educação Popular em Saúde em nossa sociedade, visto que ao longo dos anos a discussão sobre a temática ainda sofre divergências de conceito e a abordagem vem ganhando espaço especialmente no último quinquênio.

A literatura em geral, apresenta uma enorme controvérsia entre o conceito de educação popular em saúde e educação em saúde, visto que alguns estudos apresentam práticas denominadas como educação popular em saúde, sem nenhuma participação ativa da população, ou seja, levam informações sobre saúde a um determinado público, porém não absorvem o conhecimento popular trazido por eles. Para o maior embasamento do que significa cada termo (Falkenberg *et al.*, 2014), explica que as atividades de educação em saúde são inerentes ao trabalho em saúde, entretanto, muitas vezes estão postergados em segundo plano, no planejamento e organização dos serviços, na execução das ações de cuidado e na própria gestão. A educação popular em saúde possui uma concepção diferenciada da hegemônica da educação em saúde, sistematizada a partir da aproximação entre diversos sujeitos no espaço comunitário,

privilegiando os movimentos sociais locais, resultando em um entendimento da saúde como prática social e com base no processo ético-político dos interesses das classes populares. Sustentado no diálogo entre saberes prévios dos usuários dos serviços de saúde, e na análise crítica da realidade.

Todos os estudos selecionados nesta pesquisa, demonstram a interação entre a comunidade e os profissionais da saúde, pelo menos uma vez. Em alguns casos essa interação ocorreu de forma lúdica, abrindo espaço para a inserção do profissional/estudante da saúde estar inserido no ambiente comunitário e dessa forma, reconhecer a sociedade em suas semelhanças e diferenças, levando à multiplicação do saber popular e do saber científico, através da comunicação direta ou indireta de ambas as partes. Tendo como objetivo conjunto a promoção do bem-estar e o cuidado por meio da atenção à saúde da criança.

O uso das ferramentas didáticas apresentadas pelos autores, dos textos descritos no tópico a seguir, mostraram-se facilitadores do processo de compartilhamento dessas informações entre os participantes das pesquisas, revelando assim a importância da aprendizagem através de metodologias ativas e participativas, que inserem os saberes populares em todo seu processo e contribuem significativamente na implantação da PNEPS-SUS, fortalecendo a qualificação profissional dos trabalhadores do SUS, que é um componente fundamental no processo de transformação qualitativa dos serviços de saúde pública no Brasil e apresentando aos leitores novos instrumentos de interação e ensino (Meneses; Toassi, 2018).

6.1 PROMOVENDO A SAÚDE DA CRIANÇA ATRAVÉS DE MATERIAIS DE APOIO PARA UMA EDUCAÇÃO POPULAR CONCRETA:

Com o intuito de descrever e analisar o processo de elaboração de um material educativo para a promoção do desenvolvimento da criança nascida prematura, Lemos e Veríssimo (2020) no artigo *Estratégias metodológicas para elaboração de material educativo: em foco a promoção do desenvolvimento de prematuros*, exerceram o percurso metodológico para sistematização do instrumento a partir de um estudo exploratório com representantes do público-alvo, por meio de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de verificar a compreensão dos cuidadores sobre o desenvolvimento das crianças, suas principais necessidades, dúvidas e componentes do cuidado. As entrevistas foram conduzidas de forma participativa e dialógica, por meio de um roteiro estruturado, utilizando quadros ilustrativos como uma estratégia lúdica para motivar os participantes. Seguido de revisão integrativa da literatura relacionada às práticas de cuidado promotoras do desenvolvimento funcional no domicílio, através livros-texto, artigos, documentos e Lei, considerados pelos autores

referências-chave, possuindo um conteúdo relevante para a formação das bases teóricas e operacionais da sistematização do material, resultando em um produto com múltiplas estratégias de pesquisa e os referenciais teóricos que garantiram o rigor metodológico necessário para ampliar o potencial de ação do material educativo, dessa forma aproximando a experiência familiar e o conhecimento científico atualizado, assim, potencializando a promoção de saúde da criança.

Após a organização das informações, os dados foram transferidos para o livro formando uma história que relata as experiências de uma determinada família, inserida na condição do nascimento de uma criança prematura, o texto dialoga com o leitor, apresentando informações importantes sobre o cuidado da criança e a promoção do desenvolvimento funcional. O material impresso passou a ser distribuído nos serviços de saúde que participaram da pesquisa e naqueles em que foram estabelecidas continuações da pesquisa, não especificados pelos autores. Além disso, foi divulgado no site da instituição de ensino em que o estudo se desenvolveu e oferecida sua disponibilização para sites oficiais de associação de cuidadores de nascidos prematuros e para o Ministério da Saúde.

Estudos assinalaram a concordância relacionada a importância dos materiais educativos na adesão do cuidado às crianças. O uso de instrumentos de fácil visualização e utilização, são fundamentais no suporte aos familiares/responsáveis, principalmente no tratamento domiciliar, onde os profissionais de saúde estão ausentes, e assim, garantindo mais segurança aos cuidadores durante a realização da atenção saúde a criança (Costa et al., 2018).

O estudo intitulado como *Estratégias para a potencialização das ações de promoção da saúde com as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade* (Selau et al., 2021), nos mostra uma estratégia diferente com o objetivo de potencializar a promoção de saúde da criança e dos adolescentes em situação vulnerável, de forma indireta, em uma Organização de Sociedade Civil (OSC), no estudo os pesquisadores utilizam a ferramenta “Círculo de Cultura”, elaborado por Paulo Freire no início da década 90, sendo fundamentado em uma proposta pedagógica de caráter democrático e libertador, por apresentar uma aprendizagem de forma integral, necessitando de uma posição frente aos problemas vivenciados em determinado contexto. Segundo o idealizador, essa concepção promove a horizontalidade da relação educador-educando, assim, valorizando as culturas locais e a oralidade (Dantas; Linhares, 2014).

A pesquisa realizada com a coordenação e profissionais da educação da OSC, propôs estratégias para trabalhar a educação popular, por meio da participação das crianças e adolescentes na escolha dos temas abordados nas ações da instituição. Os resultados

apresentados pelo estudo em discussão demonstram que as reflexões realizadas no círculo de cultura assumiram um caráter político e educativo na formação dos cidadãos, respeitando as diferenças e promovendo a autonomia dos sujeitos, fazendo-os caminhar em direção a promoção de saúde, almejada inicialmente.

No artigo intitulado *Educação Popular em Saúde no âmbito hospitalar* (Chesani *et al.*, 2019), os autores buscaram compartilhar a vivência de acadêmicos em um projeto de extensão no processo de educação popular em saúde com cuidadores/familiares de crianças/adolescentes hospitalizadas através do mesmo instrumento do estudo anterior. O Círculo de Cultura é formado por um grupo de pessoas que apresentam uma situação existencial em comum que praticam uma aprendizagem mútua, onde ocorre uma valorização do saber que os indivíduos trazem consigo, diante de dinâmicas que buscam estimular o senso crítico e jogos educativos, a fim de possibilitar a abordagem dos assuntos de forma diversa. O estudo explica que os cuidadores/familiares que demonstraram interesse em participar do grupo deixavam as crianças sob os cuidados da equipe de enfermagem e se direcionavam a sala (brinquedoteca) do hospital para assim compartilhar suas experiências.

O processo de hospitalização de crianças estabelece um critério de comunicação ativa, informação sensata, e negociação de cuidados, formando barreiras e/ou facilidades na participação dos pais/responsáveis. A importância de perceber as necessidades e dúvidas dos acompanhantes durante o tratamento da criança doente, em contexto hospitalar, favorece o interesse e envolvimento dos acompanhantes, nos cuidados de saúde infantil, contribuindo para uma atenção à saúde da criança eficaz e humanizada (Melo, *et al.*, 2014).

Inicialmente (Chesani, *et al.*, 2019) utilizaram uma técnica de interação com o objetivo de promover o acolhimento e descontrair o ambiente, assim, impulsionando a participação de todos por meio da apresentação individual dos cuidadores, e o relato do motivo de internação da criança ou adolescente, que acompanhavam. Alguns cuidadores/familiares demonstravam dúvidas a respeito do tratamento e evolução clínica dos internados, outros compartilhavam algumas inquietações sobre a continuidade desses cuidados no domicílio. Para os autores, as atividades realizadas promoveram o diálogo com os cuidadores/familiares, a inserção do aluno em atividades de extensão, a partir da interdisciplinaridade, da articulação de ensino, pesquisa e extensão, a troca de conhecimento por meio de uma visão humanizada, permitiu o resultado positivos apontados tanto pelos cuidadores/familiares quanto pela equipe do projeto, reafirmando a importância da educação popular, também, no ambiente hospitalar.

6.2 EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR E COMUNITÁRIO: TRADIÇÕES E RECURSOS NATURAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA.

Os saberes populares sobre plantas medicinais surgem através da interação entre a natureza e o reconhecimento de sua capacidade curativa. Outra dimensão importante a ser destacada e compreendida é a espiritualidade, que em alguns casos mostra-se presente nos modos de preparo e uso de recursos naturais, para a promoção da saúde. (Nespoli *et al.*, 2021)

Ao investigar os saberes de uma comunidade tradicional da zona rural do nordeste, sobre o uso de recursos naturais para o tratamento de doenças prevalentes na infância (Beltrão *et al.*, 2020) por meio do artigo *Saberes Populares sobre a Utilização de Recursos Naturais para Tratamento de Doenças Prevalentes na Infância em Barbalha, Ceará, Brasil*, nos mostra que os participantes da pesquisa, de diferentes grupos etários, referem utilizar os recursos naturais por terem aprendido as práticas através da tradição oral, mediada por familiares, tendo um destaque especial para mães e avós. Os autores afirmam que os aspectos e as práticas do saber popular se tornam aliados na busca pela assistência integral à saúde da criança. E quando essas perspectivas culturais se tornam desconhecidas ou negligenciadas pelos profissionais de saúde, nas consultas ou visitas domiciliares, podem tornar-se em uma barreira intransponível, prejudicial a adesão do plano terapêutico e, conseqüentemente, as condições gerais de saúde e restabelecimento da criança.

A capacidade de transmissão dos saberes populares e uso de práticas tradicionais é reafirmado através da pesquisa intitulada *Práticas populares no cuidado infantil: percepção das mães*, de Takemoto, Zarpelon e Rossetto (2019), na qual as autoras buscaram descrever a percepção das mães no uso de práticas populares oferecidas à criança de zero a dois anos, no domicílio. Durante o estudo foi possível observar falas das participantes, sobre crenças que atravessam gerações e são praticadas por meio do uso de plantas e recursos animais, bem como a espiritualidade mencionada anteriormente, através das rezas de benzedoras conhecidas na comunidade e portadoras de um vasto conhecimento. As autoras destacam os desafios que os profissionais da saúde, em especial os enfermeiros, enfrentam, no que se refere à elaboração de condutas quando o saber popular e a presença de benzedoras tornam-se amplamente presentes no cuidado à criança. Cabe ao profissional entender a forma de pensar e agir dos sujeitos da comunidade diante dos seus problemas e cuidados com a saúde infantil, relacionando o saber popular com o conhecimento científico, almejando facilitar a prática assistencial pediátrica.

O estudo de Silva, Assunção e Rodrigues (2020) pontua a relevância da parceria entre benzedores e profissionais da saúde, para a proximidade com a comunidade e a diminuição do

consumo de medicamentos, tornando-se um artifício específico que ampara a população em momentos de adoecimento, neste caso, ao amortizar o uso de medicamentos em crianças, favorecendo a redução das práticas medicamentosas pelas futuras gerações. A contribuição da benzedura, bem como o uso de recursos naturais no processo de desmedicalização foi apresentado pelo estudo, por meio da demonstração de que a utilização de plantas medicinais é uma opção terapêutica de cuidado eficaz, sob a ótica de que o seu uso provém do conhecimento tradicional, fomentando a implementação desse saber nas unidades de serviço de saúde através do preparo e capacitação dos profissionais que atuam nesses locais.

6.3 EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS COMO SUJEITOS DE DIREITOS.

Estudos apontam que a participação de crianças e adolescentes no processo de conhecimento acerca da saúde, se restringe em envolvê-los como ouvintes, especialmente em palestras. Sendo possível notar que as crianças/adolescentes ainda permanecem em uma relação unilateral e de dependência, surgindo a necessidade de esclarecer que o protagonismo juvenil não é a solução para os problemas das crianças e adolescentes, e sim parte dessa solução (Silva, Mello e Carlos, 2020).

Almeida e Siqueira (2021) no artigo *Educação Popular na Infância: princípios concepções e práticas educativas*, tiveram como objetivo do estudo, analisar as concepções, princípios e práticas da educação popular, vivenciadas por crianças e adultos a partir do projeto sócio-político-educativo do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC) e investigar como tais valores contribuem para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos no contexto da Educação Popular. O MAC tem como pauta os princípios de uma Educação Popular reconsiderando o estatuto da infância como forma para o reconhecimento da criança como sujeito com participação e voz ativa. Implicando o processo de avaliar o lugar do sujeito adulto e sua relação com a criança por meio de um cenário dialógico, colaborativo e político rompendo, portanto, com as práticas de participação decorativa e orientando a uma participação protagônica. Nos resultados apresentados pelos autores destaca-se a voz das crianças, como polifônica e refere que a presença dos adultos nos grupos se dá de forma hierarquicamente superior, muitas vezes criando uma espécie de barreira dialógica, revelando a importância política e pedagógica da Educação Popular com crianças, que acontece mediante a ação dialógica, estimulando a curiosidade, possibilitando a construção de um saber, explicitando os seus sonhos, exigindo a criticidade e o compromisso.

No artigo *Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: da situação-limite ao inédito-viável* (Barros; Machado e Silva, 2021), os autores tem o intuito de oferecer um ambiente de acolhimento e escuta às adolescentes vítimas de violência sexual, baseando-se na ideia de potencializar a manifestação de inéditos-viáveis definidas como ações possíveis e projetos alternativos que, quando elaborados coletivamente opõe-se à visão de fatalidade e conformidade das condições psicossociais das participantes do grupo. Os referenciais teóricos da Psicologia Social Comunitária contribuíram para a difusão de práticas interventistas, dando ênfase ao processo grupal. O estudo foi marcado por momentos dialógicos-reflexivos que contribuíram para a compreensão de que a realidade pode ser transformada, apostando, assim, na superação de relações opressoras com o propósito emancipatório.

Potencializando a ideia de que as crianças e adolescentes podem reconhecer o valor da saúde, do seu próprio futuro, da importância e pertinência da sua participação, como agente de transformação no processo de redução da vulnerabilidade e reforço para o progresso social, o empoderamento e ações que o envolvam, a partir de uma participação protagônica, fortalece o desenvolvimento integral e avanços para a coletividade (Silva, Mello e Carlos, 2010).

Os encontros do estudo de Barros, Machado e Silva (2021) foram pensados e organizados a fim de possibilitar o diálogo problematizador e crítico das situações-limite. O cuidado em promover a participação das adolescentes na escolha dos temas tornou-se fundamental para que o grupo fosse representativo e atendesse aos interesses coletivos e individuais, através de uma prática grupal reflexiva e dialógica sobre a vida das adolescentes.

A atenção à saúde da criança por meio das estratégias de cuidado apresentadas pelos estudos encontrados, favorecem a inserção dos cuidadores/familiares para além dos ambientes de saúde ofertados pelo SUS ou instituições privadas, levando em consideração a eficácia das práticas populares perpetuadas ao longo dos anos, suscitando a relevância e eficácia do cuidado domiciliar, desde que haja a interação de ambas as partes.

Os instrumentos descritos durante a leitura dos estudos estimulam a aplicação da educação popular, especialmente na atenção à saúde da criança, viabilizando táticas de cuidado centrado no indivíduo, nas suas vulnerabilidades e necessidades e permitindo em alguns casos, a participação efetiva deles no processo de reconhecer as práticas e a importância do cuidado para um tratamento qualificado, que proporcione o bem-estar e o reestabelecimento da saúde.

Reforçamos, portanto, que a temática de educação popular em saúde, acerca da PNEPS-SUS, no contexto pediátrico ainda é pouco abordada na literatura. Resultando em limitações de

pesquisas, através dos raros estudos disponíveis em plataformas digitais. A ausência de estudos sobre a política restringe a apropriação da temática, mantendo as divergências de conceitos e a desvalorização do conhecimento popular, haja vista que os alguns acadêmicos e profissionais continuam desconhecendo a PNEPS-SUS. Destacamos ainda, a possibilidade de estudos relacionados a este tema em outras fontes de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese esta pesquisa explorou a relevância da abordagem de educação popular em saúde no contexto da saúde infantil, revelando uma série de insights cruciais. Ao analisar as práticas de educação popular, notamos uma significativa melhoria no engajamento das comunidades em questões relacionadas à saúde da criança.

A pesquisa possibilitou a ampliação do conhecimento sobre a educação popular e como ela de fato se aplica no cotidiano. Alguns estudos demonstram uma maior abertura de voz aos cuidadores que atuam na prática de promoção de saúde.

Discorrer sobre a educação popular em saúde na ótica da atenção à saúde da criança, possibilita uma análise aprofundada da política e sobre os principais desafios que devem ser encarados pelos profissionais de saúde, durante sua atuação nas comunidades.

A conscientização emergiu como uma ferramenta poderosa na promoção de práticas saudáveis, com destaque para a participação ativa dos pais e cuidadores. A compreensão aprofundada das necessidades específicas das crianças, aliada a estratégias acessíveis e culturalmente sensíveis, demonstrou ser fundamental para o sucesso de programas de saúde populares.

Além disso, os resultados evidenciam a necessidade contínua de investimento em recursos educativos voltados para a saúde infantil no contexto da PNEPS-SUS, enfatizando não apenas a prevenção de doenças, mas também a promoção do bem-estar holístico. A criação de parcerias sólidas com líderes comunitários e instituições locais revelou-se um elemento-chave na sustentabilidade dessas iniciativas.

Como futuras recomendações, sugere-se a expansão dessas práticas, adaptando-as às especificidades culturais e contextuais das mais diversas comunidades, existentes em nosso país. A constante avaliação e ajuste desses programas são cruciais para garantir sua eficácia contínua e adaptabilidade às mudanças nas necessidades de saúde infantil.

A disseminação do conhecimento sobre PNEPS-SUS, torna-se fortalecida através deste estudo, levando informações sobre as evidências de educação popular em saúde para os acadêmicos e profissionais, bem como a sociedade em geral, promovendo o conhecimento sobre a política e favorecendo a participação social e os demais eixos estratégicos da PNEPS-SUS, no cuidado a saúde infantil. Ressaltamos que não compactuamos com práticas que possam denigrir e/ou prejudicar a segurança das crianças, por meio de rituais, uso de recursos naturais lesivos e tratamentos de risco a vida, contudo buscamos garantir a ampliação sobre a política

que fortalece e insere a voz ativa da população por meio dos conhecimentos que ultrapassam gerações.

Em última análise, esta pesquisa reforça a importância da abordagem de educação popular em saúde na construção de comunidades saudáveis e resistentes, com um foco especial no bem-estar e desenvolvimento integral das crianças. Espera-se que este trabalho contribua para a contínua discussão e implementação de estratégias que promovam uma saúde infantil vibrante e sustentável em nosso contexto social. Sendo de fundamental relevância a realização de novos estudos abordando a PNEPS-SUS para a ampliação do conhecimento acerca da política, nos ambientes de assistência à saúde, ensino e pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. R.; SIQUEIRA, R. M. Educação popular e infância: princípios, concepções e práticas educativas. Educação, v. 46 p. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39376>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

BARROS, A. S; MACHADO, V, M; SILVA, E. A. Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: da situação-limite ao inédito-viável. Revista de Educação Popular, v. 20, n. 1, p. 21, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/54668>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

BELTRÃO, I. C. S. L. de; SILVA, L. G. da; SANTIAGO, J. C. dos S.; BARBOSA, R., KERNTOPF, M. R.; FERNANDES, G. P. Saberes Populares Sobre a Utilização de Recursos Naturais para Tratamento de Doenças na Infância em Barbalha, Ceará, Brasil. Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, v. 24, n. 3, p. 310–316, 2020. Disponível em: <https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaiociencia/article/view/7659>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

BONOW, C. T; CEOLIN, T; MENDIETA, M. C; PIRIZ, M. A; MINUTO, J. C; HECK, R. M. Práticas de cuidado em saúde realizadas às crianças de uma área rural. Cienc Cuid Saude, v. 3, n. 18, p. 8, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/45128/pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

BORNSTEIN, V. J. Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, p. 164, 2016. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/textos-de-apoio-para-o-curso-de-aperfeicoamento-em-educacao-popular-em-saude>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de quadros de procedimentos : Aidpi Criança : 2 meses a 5 anos / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. v. 1, p. 82. Brasília - DF 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_quadros_procedimentos_aid_pi_crianca_2meses_5anos.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.761, 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília - DF, 2013.

Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em 21 de maio de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2021.

BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde / Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 44 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_gestao_trabalho_2ed.pdf. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

CHESANI, F. H; ARAÚJO, A. C; ALMEIDA, A. C. A; OLIVEIRA, M. A. M; COSTA, R. R. O. Educação popular em saúde no âmbito hospitalar: diálogo com cuidadores/familiares de crianças/adolescentes hospitalizados. Revista de Educação Popular, v. 18, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45551>. Acesso de 11 de abril de 2023.

CONASEMS. Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, 2009. Participação social no SUS: o olhar da gestão municipal. Coordenação Geral de Documentação e Informação. Diretório da Rede BVS. p. 28. - Brasília, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/participacao_social_olhar_gestao_municipal.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2022.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2013. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Nota técnica 16 - 2013. p. 5. - Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2013/07/NT-16-2013-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-em-Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

COSTA, C. I. A; PACHECO, S. T. A; SOEIRO, G; ADAME, D. G; PERES, P. L. P; ARAÚJO, B. B. M. Construção e validação de materiais educativos para criança com doença crônica: uma revisão integrativa. Revista Enfermagem UERJ, p. 7, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ninho.inca.gov.br/jspui/handle/123456789/8816>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

COSTA, M. B; PEREIRA, A. V; CEZÁRIO, F. O. A educação popular na “Roda da Saúde”. Journal of Management & Primary Health Care v. 12, p. 12, 2020. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/559/914>. Acesso em 04 de abril de 2023.

FALKENBERG, M. B; MENDES, T. P. L; MORAES, E. P; SOUZA, E. M. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, p. 847-852, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63030163018.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2023.

FLISCH, T. M. P; ALVES, R. H; ALMEIDA, T. A. C; TORRES, H. C; SCHALL, V. T; REIS, D. C. Como os profissionais da atenção primária percebem e desenvolvem a Educação Popular em Saúde?. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, p. 1255-1268, Botucatu, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/zkb4dn5RRtrRnDJZ84mPngG/?lang=pt>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

FREIRE, P; NOGUEIRA, A. Que fazer: teoria prática em educação popular. Editora Vozes Ltda. ed. 4, p. 68, Petrópolis - RJ, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Adriano-Nogueira-Que-fazer-Teoria-e-pr%C3%A1tica-em-educa%C3%A7%C3%A3o-popular.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

GOMES, I. S; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. Movimento, v. 20, n. 1, p. 395-411, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/4154>. Acesso em 30 de março de 2023.

HUMENHUK, T; LEITE, D. R. B; FRITSCH, M. Conhecimento popular sobre plantas medicinais utilizadas no município de Mafra, SC, Brasil. Saúde Meio Ambient. v. 9, p. 27-42, 2020. Disponível em: <http://ojs.unc.br/index.php/sma/article/view/2466>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

LEMONS, R. A; VERÍSSIMO, M. L. R. Estratégias metodológicas para elaboração de material educativo: em foco a promoção do desenvolvimento de prematuros. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 505-518, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4xShzDvkHPsQyXg3nTnXdCj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de maio de 2023.

LIMA, R. F. S; TURRINI, R. N. T; SILVA, L. R; MELO, L. D. S, AUGUSTO, S. I. Práticas populares de cura e o uso de plantas medicinais por mães ribeirinhas no cuidado infantil. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 9, n. 4, p. 1154-1163, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-908509>. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

MARTINS, P. G; SANTOS, P. C. M; LAVERDE, C. R; OLIVEIRA, N. F; PILGER, C. Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras. Journal of Nursing and Health, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19495>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

MATTOS, P. C. Tipos de revisão de literatura. UNESP. São Paulo, v. 2, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

MELO, E. M. O. P; FERREIRA, P. L; LIMA, R. A. G; MELLO, D. F. Envolvimento dos pais nos cuidados de saúde de crianças hospitalizadas. Revista Latino-Am. Enfermagem, p. 8, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/x53PC8fzKRGntGjkMfKZBZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

MENESES, M. N; TOASSI, R. F. C. A importância da Educação Popular em Saúde nos processos formativos na Atenção Básica. Saberes Plurais: Educação na Saúde, v. 2, n. 1, p. 11-12, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/88874/51255>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

MOTA, S. Trabalhos acadêmicos: metodologia e apresentação gráfica. Ed: Rio de Janeiro, p. 111, 2006. Disponível em: <https://silviamota.com.br/visualizar.php?id=4652573>. Acesso em 22 de outubro de 2022.

NESPOLI, G.GOMES, A. M. O; BORGES, C. F; CHAGAS, D. C; DIAS, J. V. S; MATTOS, L. BEHRENS, M. LEDA, P. H. O. Educação popular e plantas medicinais na atenção básica à saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. p. 192, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/educacaopopularplantasmedicinasatencaobasicasau_de_2023.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2023.

OMS, Organização Mundial Estratégia da OMS sobre medicina tradicional 2014-2023. p. 78, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt->

[br/composicao/sectics/daf/pnmpmf/publicacoes/estrategia-da-oms-sobre-medicina-tradicional-2014-2023/view](https://publicacoes.abennacional.org.br/composicao/sectics/daf/pnmpmf/publicacoes/estrategia-da-oms-sobre-medicina-tradicional-2014-2023/view). Acesso em 26 de outubro de 2022.

PASSOS, H. R; DAVID, H. M. S. L; BONETTI, O. P; LEANDRO, S. S. Educação popular em saúde e o trabalho em enfermagem nos tempos de pandemia da covid-19. Enfermagem na atenção básica no contexto da COVID-19. ed. 2, Editora ABEn, 2020. p. 34-41. (Série Enfermagem e Pandemias, 3), 2020. Disponível em: <https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2021/03/e3-atencaobasica-cap5.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

PEDROSA, J. I. S. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. 15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.200190>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

PEREIRA, M. M; RODRIGUES, P. F; SANTOS, N. C. C. B; VAZ, E. M. C; COLLET, N. REICHERT, A. P. S. Educação em saúde para famílias de crianças/adolescentes com doença crônica. Revista Enfermagem UERJ, v. 25, p. 43, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4343/25920>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

RIBEIRO, D. K; VIEIRA, M. T. S; CARVALHO, T. R; PINHEIRO, A. P. S; JESUS, R. R; FREITAS, F. O; SANTOS, S. M. R; JESUS, M. C. P Experiência de estudantes de enfermagem em um projeto de educação em saúde e sexualidade na escola. Revista Guará, n. 9, p. 7. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/guara/article/view/15624/13680>. Acesso em 13 de dezembro de 2021.

SANTOS, C. A. M. Educação popular em saúde e uso de plantas medicinais na atenção primária do Hospital Municipal Hélio Montezano de Oliveira, no município de Santo Antônio de Pádua. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação no Campo) - Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste Fluminense de Educação. Santo Antônio de Pádua, 2019. Disponível em: <https://app.homologacao.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12535/TCC%20Camila%20Aparecida%20Melo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de abril de 2023.

SANTOS, C. M. C; PIMENTA, C. A. M; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. Revista latino-americana de enfermagem, v. 15, p. 508-511, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?format=pdf&lan=pt>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

SEIMA, M. D; MICHEL, T; MÉIER, M. J; WALL, M. LENARDT; M. H. A produção científica da enfermagem e a utilização da teoria de Madeleine Leininger: revisão integrativa 1985-2011. Escola Anna Nery, v. 15, p. 851-857, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/QT4KXvHcXkYZFRLHBxxHnCf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 de agosto de 2022.

SELAU, B. L; KOVALESKI, D. F; PAIM, M. B; PRATES, I. S. Estratégias para potencialização das ações de promoção da saúde com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Interface- Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. 16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/QvVGyM3dQkyqm4GqGVMLKwN/?lang=pt>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

SILVA, J. A. M; ASSUNÇÃO, L. M; RODRIGUES, L. R. Benzedura na Estratégia Saúde da Família: perspectivas de profissionais da enfermagem. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, vol. 8, n. 1, 2020. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497962779012/497962779012.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

SILVA, L. A. R. Saberes populares e alfabetização científica e tecnológica: possibilidades e desafios para a formação continuada de professores de ciências da natureza. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. p. 187, Araras - SP, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12874/SILVA_Larissa_2020.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

SILVA, M. A. I; M, D. F; C, D. M. O adolescente enquanto protagonista em atividades de educação em saúde no espaço escolar. Rev. Eletrônica Enfermagem, p. 7, 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cb36/10aa0eff627a32f422410dac7425ae9f5611.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

SOUZA, R. R; VIEIRA, M. G; LIMA, C. J. F. A rede de atenção integral à saúde da criança no Distrito Federal, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, p. 2075-2084, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6RN6Y7QYmpt7pFHKpY65MBs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

TAKEMOTO, A. Y; ZARPELON, N. F; ROSSETTO, E. G. Práticas populares no cuidado infantil: percepção das mães. Rev Rene, v. 20, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-997293>. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

UNICEF, United Nations Children's Fund. Convenção sobre os Direitos da Criança. Comitê dos Direitos da Criança. Gabinete de documentação e direito comparado-Órgãos das Nações Unidas de Controle de Aplicação dos Tratados em Matéria dos Direitos Humanos, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em 30 de outubro de 2022.

